

Tese de rompimento divide históricos

Os chamados «históricos» do PMDB já estão em desacordo antes da reunião de sábado, entre romper ou não com o Governo. Os senadores Mário Covas e José Richa, por exemplo, lideram uma parcela do grupo contra o rompimento com o Governo Sarney e o primeiro-vice-líder da Constituinte, deputado Euclides Scalco, com o senador Severo Gomes e o Movimento de Unidade Progressista — MUP — defendem rompimento já.

Covas e Richa são de opinião de que a declaração do grupo «histórico» a favor de eleições presidenciais neste ano, a disposição do PMDB de examinar nomes para definir o candidato à sucessão de Sarney, ao lado da defesa do parlamentarismo já, imediatamente após a promulgação da nova Constituição, seria uma demonstração implícita de rompimento com o Planalto.

Euclides Scalco e Severo Gomes, do «Centrinho», Jorge Hage (BA) e Otávio Eliseo (MG), do MUP, acham que o PMDB correria risco de maior desgaste perante a opinião pública, se continuasse «disfarçando» o apoio ao Governo, sem deixar os milhares de cargos, mesmo apoiando as diretas já.

«Não dá mais para o PMDB sentar em duas cadeiras ao mesmo tempo — a do Governo e a da oposição. Não podemos mais atuar durante cinco dias em Brasília como partido governista e, no fim de semana, nos Estados, agir como opositoristas, falar contra o Governo. A «geléia geral» tem que acabar» — disse Scalco, dos mais ligados a Covas e a Richa.

Instabilidade
Com a concordância de Severo Gomes, o primeiro-vice-líder do PMDB na Constituinte, manifestando muita preocupação, afirmou que o parlamentarismo deve ser implantado 30 dias após a promulgação da nova Constituição. «Caso contrário, há o receio de enorme instabilidade» — observou.

Jorge Hage, um dos líderes do MUP, revelou que os integrantes da sua facção partidária participaram da reunião de sábado, para defender o rompimento com o Governo e a realização de eleições presidenciais este ano. Cruzando casualmente com Ulysses

Guimarães, o deputado Hage comentou: «Tudo bem, dr. Ulysses? Entramos num ano ótimo, o ano das eleições». O presidente do PMDB e da Constituinte, sorridente, respondeu: «É isso mesmo. Estamos todos ótimos».

Os promotores da reunião de sábado confessam o receio de esvaziamento, de parte de Ulysses Guimarães e de vários governadores. Scalco informou que nenhum governador do PMDB estará presente à reunião. Outros líderes do grupo disseram que alguns viriam, como Miguel Arraes, Pedro Simon, Waldir Pires. «De repente, Simon começou a telefonar por aí e ninguém mais deverá vir» — desabafou um deles.

Os «históricos» já não acreditam mais em convenção nacional extraordinária antes da promulgação da nova Carta, como queriam. Acham que as interferências de Ulysses, Mauro Benevides, Pedro Simon, Orestes Quêrcia e outros inviabilizam a convenção já. Será mesmo depois da promulgação da nova Constituição — março ou abril, pelas previsões mais otimistas.

O grupo «histórico» pretende no dia 9 formalizar posição nos seguintes termos: eleições presidenciais em novembro, no parlamentarismo ou no presidencialismo; exame de nomes «presidenciais» do PMDB para a decisão no momento oportuno; e, rompimento por inteiro do partido com o Governo Sarney. As propostas seriam levadas à deliberação da convenção nacional extraordinária do PMDB — a ser marcada pela Comissão Executiva Nacional.

«Ex-MDB»
O líder do PCB na Constituinte, deputado Roberto Freire (PE), pretende assistir à reunião do grupo «histórico», invocando sua condição de ex-MDB e ex-líder desse partido na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Um jornalista lembrou que, nesse caso, também o líder do PDS, Amaral Netto, como ex-vice-líder do MDB em 1966, (ao lado de Covas), também poderia participar. «Esse não. Os «históricos» representam o PMDB histórico. São os que continuam defendendo o programa do partido, os que não mudaram» — respondeu Roberto Freire.

Grupos tentam unidade para obter avanços

Os grupos suprapartidários organizados na Constituinte já começaram a reunir-se para definir suas respectivas estratégias em plenário daqui para frente. O MUP (Movimento Unidade Progressista) do PMDB, por exemplo, vai apresentar emendas propondo mais avanços em alguns pontos do Capítulo da Ordem Social. O grupo promove reunião na próxima quinta-feira para definir as emendas. Já o «Centrinho» (ou Grupo do Entendimento) fez reunião ontem à noite, no gabinete do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, com o mesmo objetivo.

Na reunião, o MUP vai estabelecer uma hierarquia na apresentação de emendas de plenário, discutir possíveis articulações com os outros grupos suprapartidários, como o «Grupo dos 32» e o «Centrinho», e definir seu comportamento como grupo mais progressista.

Além de propor mudanças no capítulo da Ordem Social, o MUP quer mais avanços em alguns pontos do capítulo da Ordem Econômica, principalmente no conceito de empresa nacional e na questão da tributação do patrimônio líquido. A anistia e a figura do defensor do povo contida no projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização, também receberão emendas do MUP.

Convergência
Um dos líderes do grupo, o deputado Nilton Friedrich (PMDB-PR), não descarta a possibilidade de o MUP juntar-se ao «Grupo dos 32», na votação de questões concretas do projeto, nas quais ambos os grupos tenham pontos de convergência, para fazer frente ao «Centrão». Um dos pontos de convergência entre os dois grupos é o sistema de governo. Ambos fecham com o parlamentarismo. Segundo Nilton, este sistema tem a unanimidade dentro do MUP. Nilton, entretanto, considera difícil uma composição com o «Centrinho», por haver mais questões divergentes que convergentes em alguns pontos do projeto.

O MUP vai estar presente ainda à reunião dos «históricos» do PMDB programada para o próximo sábado (dia 9), na qual será discutido o esfacelamento do PMDB e um possível rompimento com o governo Sarney. Nilton diz estar preocupado com o destino do partido e considera importante o comparecimento de seu grupo à reunião, para a definição de posições.

O deputado paranaense também não vê o «Centrão», o grupo majoritário dentro da Constituinte, como uma ameaça. O «Centrão» é maioria em número de parlamentares, mas minoria em quantidade de votos, pois não é representativo na maioria do eleitorado brasileiro.

Maciel decide adiar reunião para 5ª feira

O PFL adiou para quinta-feira, reunião de sua Executiva Nacional, marcada para hoje, e destinada a examinar as idéias iniciais do anteprojeto de realização de consulta prévia a todos os filiados sobre suas preferências quanto ao candidato à sucessão do presidente José Sarney.

A decisão foi tomada por seu presidente, senador Marco Maciel, depois de avaliação com o secretário-geral, deputado Saulo Queiroz, oportunidade em que chegaram à conclusão de que hoje não haveria quorum suficiente para a realização do encontro.

«Enquanto não houver data marcada para a eleição, não dá para fazer prévia» advertia ontem Saulo. Ele ainda não concluiu seu projeto, exatamente por isso. Além do mais, tem dúvidas sobre as condições para a inscrição de eventuais candidatos a candidatos à presidência da República, que poderiam envolver o apoio prévio ou a apresentação do nome por, pelo menos 20% dos filiados, e sobre como ouvir todos os filiados à agremiação.

Brizola pode ser opção de conservadores

O ex-governador Leonel Brizola já estaria com seu nome sendo examinado por políticos e empresários conservadores e até por militares, como a opção possível à sucessão do presidente Sarney. Um governador de «importante estado» estaria participando das conversas no mesmo sentido.

Foi o que revelou ontem, em Brasília «com as devidas cautelas», o deputado mineiro José Geraldo (PMDB), integrante do «Centrão». Ele disse que, pelas suas informações, militares, políticos e empresários conservadores não acreditam na possibilidade de uma candidatura do PMDB empolgando a opinião pública, tal o desgaste do partido majoritário.

«Empresários, militares e políticos conservadores entendem que é preciso um nome de impacto, com carisma capaz de despertar interesse na sociedade. Seria uma espécie de válvula de escape contra o pessimismo que aí está» — afirmou José Geraldo, sem concordar ou discordar das informações que tem recebido.



Integrantes do «Centrinho» reuniram-se no gabinete de Fernando Henrique para definir sua atuação

Alteração do regimento vai a voto sem acordo

O substitutivo da Mesa que altera o Regimento Interno da Constituinte será votado sem acordo. Tudo continua como antes do recesso de fim de ano: o PT e o PDT não vão retirar os seus cinco destaques que modificam as exigências do «Centrão» para a votação do projeto de Constituição no plenário da Assembleia. A sessão de ontem não teve quorum para votar o restante do regimento — apenas 119 parlamentares compareceram — e assim foi transferida para hoje, às 15 horas.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e o «Centrão» querem terminar a votação do regimento no máximo até amanhã. Há uma proposta do líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), para que os cinco destaques do PDT e PT sejam votados em bloco. Contudo, as lideranças desses dois partidos não aceitam e assim a votação do regimento será encerrada em duas sessões, já que os cinco emendas destacadas serão votadas em separado e o «Centrão» poderá garantir maioria de 280 votos para derrotá-las.

Definição
Ulysses Guimarães garantiu ontem que quer ver a questão do regimento solucionada o mais rapidamente possível, pois o País precisa o quanto antes de uma nova Constituição. «Os investimentos estão parados à espera de uma definição sobre a ordem econômica na nova Carta e os

governadores esperam a descentralização dos recursos tributários, que virão com a nova Constituição, para fazerem seus programas de Governo», afirmou.

O presidente da Constituinte disse ainda que vai dedicar tempo integral à Constituinte de agora em diante. Ele pretende se reunir todos os dias pela manhã com as lideranças dos partidos para facilitar as votações do projeto de Constituição no plenário. Sua intenção é aprovar a Constituição até o final de fevereiro.

Sem acordo
Mas, enquanto Ulysses Guimarães manifesta essa intenção, o «Centrão» e a esquerda continuam se digladiando. Cada lado acusa o outro de obstruir as sessões da Constituinte e assim atrasar a promulgação da nova carta. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) disse ontem que na parte que interessa ao «Centrão» o regimento já foi votado. «O PT e o PDT têm que retirar suas emendas. Eles é que estão obstruindo as sessões».

José Genoíno, vice-líder do PT na Câmara, afirma que o seu partido não vai retirar nenhum destaque. «O assunto agora é guerra com o «Centrão», ameaçou. O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), lembrou que um acordo foi tentado várias vezes antes do recesso. Segundo Brandão, um acordo agora é impossível e a questão será resolvida no voto em plenário.

Esquerdas visam derrubar maioria

Logo após ser aprovado o substitutivo da Mesa da Constituinte alterando o regimento interno da Assembleia, o PDT destacou cinco de suas emendas apresentadas ao projeto, mais tarde apoiadas pelo PT, que modificam os pontos principais defendidos pelo «Centrão» para a votação em plenário do projeto de Constituição. A primeira delas visa retirar a expressão «preferência automática», para que as emendas sejam apresentadas por maioria de 280 constituintes.

O PDT e o PT querem também retirar o substitutivo o parágrafo que prevê que se não for a cançada a maioria absoluta em uma sessão, a votação seja repetida no dia seguinte. O terceiro destaque retira do texto a chance de se apresentar um destaque para a votação em separado mediante 187 assinaturas. Os outros dois retiram do substitutivo a possibilidade de as emendas ou destaques aprovados ou rejeitados prejudicarem as demais proposições.

Perda de espaço força Centrão a mudar tática

Entraves burocráticos, somados a possíveis implicações políticas futuras, fizeram o secretário-geral do «Centrão», deputado Basílio Vilani, desistir da idéia de manter uma sala no Anexo II da Câmara dos Deputados, onde seriam centralizadas as atividades do grupo. Na falta da sala, mudou também a estratégia de coleta de assinaturas para as emendas, que agora será feita através dos líderes de bancadas estaduais.

«Eu desisti» — afirma Vilani, enquanto o articulador do «Centrão», deputado Daso Coimbra, insistia em manter, na noite de ontem, uma última conversa com o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, na tentativa de ainda conseguir a sala, requerida em nome do PFL antes do início do recesso da Constituinte. Coimbra

alegava um motivo pessoal para sua persistência:

«Vai acabar que o grupo vai continuar se reunindo na minha sala, na primeira vice-presidência da Câmara, o que pode gerar ciúmes em pessoas que alegam que eu quero aparecer» — argumentou o deputado.

Mas, a nova estratégia de coleta de assinaturas através dos líderes das bancadas estaduais era até mesmo considerada mais eficiente pelo secretário Basílio Vilani. Ele acredita que, abrindo mão da sala requerida, o «Centrão» poderá evitar problemas futuros:

«Depois vai ser MUP. «Consenso», «Centrinho», «Autênticos», todos os grupos que aparecerem vão querer salas, e o doutor Ulysses vai ficar em situação delicada», ponderou.

Governadores evitam viagem com Sarney

Recife — Sob a alegação de que assumirá compromissos inadiáveis em Pernambuco, o governador Miguel Arraes não atendeu ao convite do ministro do Interior, João Alves para participar ao lado do presidente José Sarney, ontem em Sergipe, do lançamento do projeto de Irrigação Padre Cicero. Ele passou todo o dia de ontem na residência oficial da praia de Porto de Galinhas, onde aproveitou para «zerar» uma série de compromissos burocráticos que se encontravam a espera de despacho governamental.

O secretário-chefe da Casa Civil, deputado Marcus Cunha, informou que o governador também não participará da reunião do grupo «histórico» do PMDB no próximo dia 9 em Brasília.

Waldir

Também o governador Waldir Pires não integrou a Comitativa do presidente Sarney na viagem a cidade sergipana de Simão Dias para obedecer a uma recomendação médica de repouso, em consequência de uma virose que o atingiu no primeiro dia do ano. Esta foi a explicação dada ontem para Coordenação de Comunicação Social do governo baiano.

O coordenador, João Carlos Teixeira Gomes, observou que Pires — na prática, virtualmente rompido com Sarney — estava «muito disposto» a ir a Simão Dias. No dia 31, o próprio governador havia declarado publicamente que iria, acrescentando que recebera dois convites: do governo sergipano e, posteriormente, da Presidência da República. Não queria baixar a defesa, deixando de comparecer ao lançamento de um projeto voltado para o combate a seca no Nordeste, o que poderia dar margem a explorações políticas.

Mas na sexta-feira Waldir Pires amancebrou com problemas de saúde, o que o impediu de comparecer a precissão do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, uma das mais importantes festas religiosas e populares de Salvador. No sábado pela manhã, apresentando uma «síndrome febril», chegou a deixar o Palácio de Ondina para ir fazer alguns exames numa clínica cardiológica e pulmonar. Na tarde de domingo, a febre já havia cedido «sem nenhuma terapêutica específica», o que levou a conclusão de que provavelmente se tratava de uma virose.



Carlos Menandro

Ulysses vai a plenário e apela por mais pressa na votação

Centristas acham sua proposta mais avançada

Em cinco laudas, o Centrão divulgou ontem sua proposta sobre a Ordem Social, que, no julgamento do líder Gastone Righi, do PTB, é mais ampla e avançada do que a contida no texto aprovado na Sistematização.

O grupo alinha em sete tópicos o que considera direitos sociais, que vão da educação, cultura, desporto, saúde, previdência social, proteção e segurança ao trabalho até amparo à maternidade, velhice e preservação das áreas de lazer. No entanto, é na parte de direitos dos trabalhadores que estão as maiores novidades.

O Centrão acabou mantendo a licença gestante em 120 dias, mas substituiu a estabilidade no emprego por uma indenização em dobro, por ano ou fração trabalhado, no caso de despedida sem justa causa. Mas isso só vale para quem tiver mais de um ano de emprego. Atendendo a uma exigência do PTB, o grupo também

prevê o pagamento de um terço do salário do empregado a título de auxílio-férias.

O salário-mínimo foi unificado, enquanto transfere a convenção ou acordo coletivo a decisão sobre o piso salarial. No caso das horas extras, a remuneração deverá ser de pelo menos 50% a mais do que a hora normal, o que substitui o pagamento em dobro previsto. Desvincula a participação dos empregados na gestão das empresas, embora mantenha a participação nos lucros.

Na sua proposta, o Centrão proíbe ainda a distinção entre o trabalho manual, técnico ou intelectual, bem como diferenças por causa de cor, sexo ou estado civil. Mas transfere para a legislação ordinária a definição dos direitos sociais dos empregados domésticos, mantendo apenas a integração dos mesmos na previdência social.

desarticulou nos últimos dois meses — quando o debate político polarizou-se em torno do surgimento do «Centrão» — Britto procurou ontem algumas lideranças parlamentaristas como o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) e o senador José Richa (PMDB-PR), para conversar sobre a rearticulação do grupo.

«Estes últimos dois meses foram uma verdadeira aula de como este presidencialismo leva uma crise após a outra. Não podemos perder a oportunidade de aprovar o parlamentarismo, disse Britto.

Parlamentaristas vão reiniciar articulações

Ameaçado por negociações em torno de um sistema misto ou presidencialista de Governo, o grupo parlamentarista chegou à conclusão de que tem necessidade urgente de se reaglutinar para garantir a permanência do parlamentarismo no texto da nova Constituição. Retomando suas reuniões, os parlamentaristas estarão propondo do deputado Antônio Britto (PMDB-RS) para que seja formada uma comissão de mobilização para procurar, um a um, todos os constituintes e defender junto a eles a tese parlamentarista.

Reconhecendo que o grupo se



Carlos Menandro

Calma frustra o aparato

Apesar do aparato, o reforço na segurança do Congresso Nacional para a retomada dos trabalhos da Constituinte, ontem, foi inútil. Os 80 homens da PM destacados para garantir a tranquilidade na área externa do prédio nada tiveram a fazer durante o primeiro dia de serviço. Os constituintes não com-

pareceram em número suficiente para o reinício das votações (a sessão foi aberta com 119 presenças) e o público a quem estão destinadas as galerias, talvez por intuição, simplesmente não apareceu, parecendo adivinhar que nada aconteceria na primeira sessão da Assembleia em 88.